

# Preocupação social

Temos recebido ultimamente um sem número de informações, vindas um pouco de toda a parte, sobre o desenvolvimento que tem tido no mundo das ideias a preocupação social. Todas as correntes de opinião, embora nem sempre concordes nos métodos e nos objectivos, vão aceitando como evidente a necessidade de uma profunda transformação económico-social, que venha a garantir a todos os povos e a todos os homens um nível de vida em relação com as exigências da dignidade humana.

Não admira. Uma vez definitivamente aceite o princípio da dignidade da pessoa humana, há que aceitar-lhes também as consequências. Ora estas são de tal ordem revolucionárias, que o mundo de amanhã nos aparece sob aspectos inteiramente novos. A escravatura, que tanto repugna já aos nossos sentimentos, bem como a servidão que a legislação há muito suprimiu, ficarão na História ao lado do proletariado como etapas vergonhosas de uma civilização atrasada e iníqua, em que não luziu plenamente a estrêla do presépio. O futuro conhecerá ainda transições mais ou menos injustas para a verdadeira sociedade cristã, em que os homens se conhecerão como irmãos em toda a plenitude da palavra; mas a terceira fase ou modalidade mais atenuada da escravatura, isto é, o proletariado, parece ter recebido com esta guerra a sua definitiva sentença de morte.

E' isto o que se deduz efectivamente das manifestações do pensamento social em todas as esferas do pensamento moderno. Para fazermos uma ideia, bastará examinar uma das correntes de opinião, que costuma ser considerada como mais moderada e prudente, quere dizer, a opinião dos pensadores católicos e das autoridades religiosas.

Fundo de lado, por demasiadamente conhecidas já, as afirmações de Pio XII, demorem-nos um pouco no que tem sido dito e escrito por alguns Bispos católicos. Os nossos leitores devem gostar de conhecer estas coisas, que tanto hão-de contribuir para a reforma social do mundo de amanhã.

De um sermão recente do arcebispo de Toulouse, em França, sermão nitidamente social, retenhamos as seguintes frases: «Os católicos não se espantam com as reformas sociais, quaisquer que elas sejam, sobretudo com aquelas que se recomendam de maneira tão evidente ao mundo do trabalho. O objectivo da vida social não é, com efeito, a escravatura, mas o livre desenvolvimento e aperfeiçoamento da personalidade humana. O proletariado deve desaparecer. Os católicos reclamam que a propriedade privada se torne acessível a todas as classes do povo e que esta lhes seja realmente assegurada. Pedem também um ambiente social susceptível de dissipar no espírito do operário a ideia que é mantida à margem da sociedade. O contrato de trabalho deve assumir o carácter de verdadeiro Contrato Social, em que o trabalhador tenha a sua legítima parte. O amor e a justiça são dois reflexos do mesmo amor divino.»

Os Bispos suíços, por sua vez, publicaram, em Setembro de 1944, uma carta pastoral exclusivamente consagrada à questão social, da qual retiramos a seguinte passagem: «Respeitar a dignidade do trabalhador, sem discriminação quanto à sua origem, ascendência ou nacionalidade. A fal-

reitos do homem conduzir aos resultados que temos diante dos olhos. Ouvi o apêlo da Igreja para que o proletariado seja abolido. E isto reclama uma repartição equitativa da riqueza, embora não igual, a fim de que cada um, segundo a sua posição social, possa viver num nível que lhe garanta a dignidade humana e a dignidade social do seu grupo.»

Já em Setembro de 1942, também os Bispos ingleses subscreveram um documento em que se manifestavam as exigências sociais do espirito católico, e que, no conjunto, são idênticas ao dos Bispos franceses e suíços.

Sobremaneira interessante são também as cartas pastorais, tanto individuais como colectivas dos Bispos alemães, em que procuram definir os princípios de uma ordem social justa. Em Dezembro de 1941, os Bispos da Alemanha enviaram ao Governo do Reich um *memorandum*, em que sublinhavam de maneira particular a necessidade de fazer «respeitar a dignidade e os direitos da pessoa humana e o alto respeito que lhes é devido como factor essencial de uma vida política nacional e internacional fecunda». As ideias deste *memorandum* foram mais tarde desenvolvidas e constituíram a matéria de uma notável

pastoral colectiva, de Março de 1942.

Os Bispos espanhóis e italianos têm publicado também, nestes últimos dois anos, um número impressionante de pastorais dedicadas quasi exclusivamente à questão social, e em que se debatem os mesmos princípios: repetido pela dignidade humana dos trabalhadores e necessidade inadiável de supressão do proletariado pelo acesso gradual, mas efectivo, das massas do povo à propriedade particular.

São estas, com efeito, as duas grandes ideias mestras que estão revolucionando os conceitos sociais e a própria vida económica das nações.

A dignidade da pessoa humana não basta reconhecê-la no papel nem nos discursos para que se transforme em realidade. Só pode assentar na independência da pessoa. E esta só se tornará efectiva, no dia em que as classes do povo tiverem acesso à propriedade. A desproletarização é, portanto, um meio indispensável para a dignificação da pessoa humana.

A guerra, e as dificuldades que daí provêm, hão-de atrasar por certo, enquanto se não normalizar a vida internacional, a marcha para esta conquista da propriedade que só se poderá deter através de um progressivo aumento de salários, pois doutra maneira não poderão nunca os proletários atingir a propriedade. Mas logo que a guerra deixe restabelecer as relações normais entre os povos, forçoso se torna preparar a organização económica nacional de forma a dar aos trabalhadores possibilidades de desproletarização.

Não devemos assustar-nos com as transformações que esta desproletarização vai exigir. O que mais urgente se torna, no entanto, é encarar desde já a criação de novas fontes de riqueza que hão-de tornar possível uma repartição mais abundante de bens, e a necessária capitalização das economias operárias, retiradas evidentemente da remuneração normal do trabalho.

A industrialização do país, em tão boa hora estudada e anunciada, muito há-de contribuir por certo para que Portugal não fique, uma vez mais, no couce do progresso social.